
O PROCESSO DE FUNDAÇÃO DAS PRIMEIRAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS NA BAHIA

THE FOUNDATION PROCESS OF THE FIRST PUBLIC LIBRARIES IN BAHIA

Cláudio Silva de Jesus

Mestrando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA). Bibliotecário da Biblioteca Pública Municipal de Madre de Deus, Bahia. E-mail: csjesus@gmail.com

Ivana Aparecida Borges Lins

Professora adjunta da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Superintendente do Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA). Doutora e Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0422-4135>. E-mail: Ivana.lins@gmail.com

RESUMO

O artigo tem por objetivo identificar quais foram as primeiras bibliotecas públicas criadas no estado da Bahia - Brasil, apresentando uma linha do tempo a partir do ano de criação de tais equipamentos culturais. Os dados da pesquisa constituem-se de levantamentos bibliográficos e documentais que contribuíram para identificar os fundamentos históricos e políticos das primeiras BP municipais baianas. A pesquisa aqui apresentada resgata um cenário compreendido entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX, tendo como ponto de partida a fundação da Biblioteca Pública da Bahia – ocorrida no ano de 1811. As análises dos dados levantados constituíram-se a partir da dedução e indução do que foi coletado, observando o ano de criação, as iniciativas e as possíveis contribuições do poder público no que diz respeito ao seu funcionamento.

Palavras-chave: Biblioteca Pública. Biblioteca Pública – Processo Histórico Baiano. Bibliotecas Públicas Municipais – Bahia.

ABSTRACTS

The article aims to identify which were the first public libraries created in the state of Bahia - Brazil, presenting a timeline from the year of creation of such cultural facilities. The research data consist of bibliographic and documentary surveys that contributed to identify the historical and political foundations of the first municipal BPs in Bahia. The research presented here rescues a scenario between the 19th century and the first decades of the 20th century, having as a starting point the foundation of the Public Library of Bahia - which took place in 1811. The analyzes of the data collected were constituted from the deduction and induction of what was collected, observing the year of creation, the initiatives and possible contributions of the public power with regard to its operation.

Keywords: Public Library. Public Library – Bahian Historical Process. Municipal Public Libraries – Bahia.

1 INTRODUÇÃO

A história das bibliotecas e a evolução dos conceitos pertinentes a forma como tais equipamentos socioculturais se desenvolveram no país e no mundo, apontam para a sua função social, sobretudo, por ofertarem o acesso ao conhecimento produzido pela pessoa humana, sendo elemento de significativo contributo para a difusão cultural e a formação de uma sociedade que compreenda e assuma posturas capazes de interferir no processo civilizatório.

Desde Alexandria até os tempos hodiernos, a história tem nos ensinado sobre o papel fundamental que as bibliotecas e os livros representam para a preservação da memória social. Como bem afirma Milanesi (2002, p.10-11) “Havendo registros, haverá uma biblioteca, porque os homens precisam repartir o pensamento criado, disseminando-o para garantir a posse do conhecimento”. Assim, o suporte em que a informação está registrada evolui de acordo com as tecnologias disponíveis de cada momento, desde a argila, papiro, pergaminho, papel, até o texto virtual, a biblioteca demonstra ser capaz de reunir conteúdos para a disponibilização de quem tenha interesse.

Se desaparecessem todos os acervos reais ou virtuais os homens não teriam como transferir para a geração subsequente tudo o que as gerações anteriores acumularam. Por isso, a biblioteca, real ou virtual, enquanto concentração de esforços de ordenamento da produção intelectual do homem, permanece como fator essencial do desenvolvimento. E nunca acabará (MILANESI, 2002, p.11).

Apesar desta instituição ter como uma das principais funções a preservação da história das mais diversas temáticas, não é muito frequente encontrar bibliotecas que possuam em seus acervos documentos que registrem a sua própria história. Nesse sentido, considerou-se necessária a investigação sobre a trajetória histórica das Bibliotecas Públicas (BP) da Bahia, na perspectiva de perceber a sua essencial contribuição para a formação da sociedade baiana, pois, consoante Suaiden (1980) o livre acesso ao conhecimento registrado é pré-requisito para a formação de comunidades autoconscientes, integradas na cultura de sua nação.

Desta forma, para desenvolver o estudo em questão, foram levantados dados que contribuiriam para conhecer os fundamentos históricos e políticos das primeiras BP criadas nos municípios baianos, tendo como marco inicial a fundação da Biblioteca Pública da Bahia - Primeira Biblioteca do Brasil e da América Latina, criada no início do século XIX, no ano de 1811. A pesquisa em pauta se estende até a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), em 1937.

As pesquisas científicas são classificadas por Gil (2010), quanto a natureza ou finalidade, sob duas vertentes: básica ou aplicada. As pesquisas básicas, de modo geral,

ocupam-se com os estudos teóricos, com a pretensão clara de preencher lacunas de conhecimentos existentes em diferentes campos científicos, sem terem a pretensão da aplicação prática. No caso das pesquisas aplicadas, em geral, nascem com o objetivo de aplicar pressupostos teóricos visando à compreensão e resolução de problemas de ordem mais prática que ocorrem no âmbito dos mais variados campos científicos. Deste modo, para o desenvolvimento do trabalho, metodologicamente instituído, tem-se que a pesquisa se configura como sendo de natureza aplicada, pois ao se deparar com o problema de conhecer como foram criadas as Bibliotecas Públicas dos municípios baianos, por meio do resgate histórico de questões que envolvem tais bibliotecas, o estudo buscou elucidar uma questão específica de interesse local. No que se refere a abordagem do estudo, tem-se aqui uma pesquisa qualitativa, visto que:

[...] os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (SILVEIRA E CÓRDOVA, 2009, p.31).

Destarte, as abordagens aqui estabelecidas se caracterizam como qualitativas, fundamentando-se em uma perspectiva que concebe o conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos (ANDRÈ, 2013, p.23 *apud* LINS, 2016, p. 131). Tendo como base o objetivo geral: “identificar quais as primeiras bibliotecas criadas na Bahia, identificando o ano de criação de tais equipamentos culturais”, o que induz a explorar caminhos a partir do levantamento dos dados sobre o tema.

Os procedimentos adotados para o levantamento de dados se estabeleceram a partir da pesquisa bibliográfica, que levou em consideração os conteúdos publicados em livros, artigos de periódicos científicos, disponíveis em formato digital e impresso que versam fundamentalmente sobre BP. Foi essencial ter acesso a documentos que revelam informações sobre data e legislação da criação de BP nos municípios baianos, o que caracteriza a pesquisa também com documental, consultando-se fontes primárias e secundárias.

As fontes primárias foram examinadas de forma presencial no Arquivo da Fundação Pedro Calmon (FPC), sediada na cidade de Salvador. Neste local, foram analisados cerca de 3000 (três mil) documentos, tais como: ofícios trocados entre o Governo do Estado e as Prefeituras Municipais, Convênios, Termos de Cooperação Técnica, memorandos, projetos leis e leis municipais de criação de Bibliotecas Públicas e fotografias dessas Bibliotecas baianas. Vale ressaltar mais uma vez que a pesquisa feita no arquivo da FPC desenvolveu-se em pleno período da Pandemia do Covid-19 e que todos os protocolos de segurança emitidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS), foram rigidamente seguidos.

Quanto às fontes secundárias, a consulta ocorreu por meio de acesso às informações disponibilizadas na internet, como o Anuário Estatístico do Brasil, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 1912.

O artigo apresentado faz parte do processo de pesquisa em desenvolvimento no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI, do Instituto de Ciência da Informação (ICI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

2 A BIBLIOTECA PÚBLICA DA BAHIA

A primeira Biblioteca Pública do Brasil foi a Biblioteca Pública da Bahia, criada em 11 de maio de 1811. Certamente, antes desta data já existiam outras bibliotecas no território brasileiro, porém, segundo Novo; Rodrigues (2021, p.195), “no Brasil, as primeiras Bibliotecas não eram públicas, mas de ordens religiosas, como é o caso da Biblioteca Beneditina, criada na Bahia em 1582”. Ainda de acordo com Novo; Rodrigues (2021, p.7) “uma Biblioteca Pública é constituída historicamente como equipamento cultural, por cumprir o papel de democratizar o acesso à informação, à educação e à cultura, e pelo seu caráter de atuar como um espaço de socialização”. É importante ressaltar que, consoante Azevedo (2021, p. 215-216)

[...] nas primeiras décadas do século XIX a ideia de público estava ligada à concepção de algo que não pertencia a um indivíduo em específico ou ao rei, como no caso da Biblioteca Real que foi instalada em 1810, na cidade do Rio de Janeiro, e cujo acervo foi originário da Real Biblioteca de Portugal pertencente exclusivamente à família real.

Como é observado por Lins (2016, p.123)

O acervo que compunha essa biblioteca foi trazido ao Brasil junto ao processo de mudança da família real para cá em 1808, motivada pela invasão de Portugal pelas tropas francesas comandadas por Napoleão Bonaparte. Esta biblioteca então Real torna-se uma Biblioteca Nacional do Brasil após publicação de decreto em 29 de outubro de 1810, sendo que na ocasião a biblioteca só atendia pesquisadores que fossem devidamente autorizados pelo príncipe regente.

Um fator importante a citar, é que a Real Biblioteca só passou de fato a pertencer ao Brasil após a assinatura do Tratado de Paz e Amizade realizado em 1825.

Após a Independência, a instituição teve parte de seu acervo desmembrado. Os manuscritos pertencentes ao Real Tesouro voltaram para Lisboa e o restante do acervo foi incluído nas cláusulas do Tratado de Paz e Amizade com Portugal, em 1825. Dentre os itens reclamados no tratado, que abordava o reconhecimento por parte de Portugal da independência brasileira, estava a biblioteca, que foi avaliada em 800:000\$000. O bibliotecário real, frei Joa-

quim Dâmaso, fez um parecer para subsidiar o preço cobrado, afirmando que a biblioteca possuía 80 mil volumes, com destaque às cartas dos jesuítas Anchieta e Nóbrega, aos papéis relativos à descoberta e colonização brasileira e a autógrafos do marquês de Pombal (SCHWARCZ, 2002, p. 393-395).

Em 13 de maio de 1811, ocorreu a fundação da Biblioteca Pública da Bahia (BPB), a primeira Biblioteca de caráter público que se tem conhecimento tanto no território Brasileiro quanto no continente Latino Americano. Consoante Lins (2016) essa biblioteca foi concebida por um grupo de intelectuais baianos, liderados pelo coronel Pedro Gomes Ferrão Castelobranco que em 26 de abril de 1811 entrega em ato solene ao governador da Capitania da Bahia – D. Marcos de Noronha e Britto, o 8º Conde dos Arcos, um documento denominado *Plano para o estabelecimento de huma bibliotheca publica na Cidade de S. Salvador – Bahia de Todos os Santos*, oferecido a aprovação do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde dos Arcos, Governador, e Capitão General desta Capitania. O documento entregue ao governador geral da capitania continha uma série de justificativas para sua criação, dentre elas a seguinte:

[...] Conhece nosso Augusto Soberano que o maior bem que póde fazer aos seus Vassallos, aquele que nunca se tem recebido das Mãos Benéficas do Principes Justos, e Virtuosos He facilitar-lhes, e promover todos os meios da públuca, e particular instrução[...]. Padece o Brazil, e particularmente esta Capital a mais absoluta falta de meios para entrarmos em relação de idas com os Escritores da Europa, e para se nos patentearmos os thesouros do saber espalhados nas suas obras, sem as quaes nem se poderáõ conservar as idéas adquiridas, e muito menos promovelas a beneficio da sociedade (SOARES, et al, 2011, p. 17).

O referido *Plano* apresentado por Castelobranco ao Governador da Capitania foi aprovado através de comunicado de 30 de abril de 1811 e é considerado por Suaiden (2000, p.5) o primeiro projeto na história do Brasil com o objetivo de facilitar o acesso ao livro. Uma vez que os portugueses sempre foram rigorosos com a publicação e circulação de impressos. E desde 1536, qualquer impressão de livro passava, segundo Milanesi (1983, p.24), por três censuras: Santo Ofício e Ordinário (da Igreja Católica) e o Desembargo do Paço (poder Civil).

A data escolhida para a fundação da BPB se deu como uma forma de homenagear o quadragésimo quarto aniversário natalício do então Príncipe Regente D. João. A solenidade aconteceu no Salão Nobre dos Despachos, denominado Dossel, do palácio sede do Governo e residência oficial do governador; atualmente denominado Palácio Rio Branco, localizado no centro da cidade de Salvador (Ba).

Na ocasião, de acordo com Soares (2011, p.19), “o padre Ignacio José de Macedo, pregador de Sua Majestade e professor de Filosofia na Bahia, recita a Oração Gratulatória ao Príncipe Regente”. Uma parte dessa cerimônia destacou o papel das bibliotecas

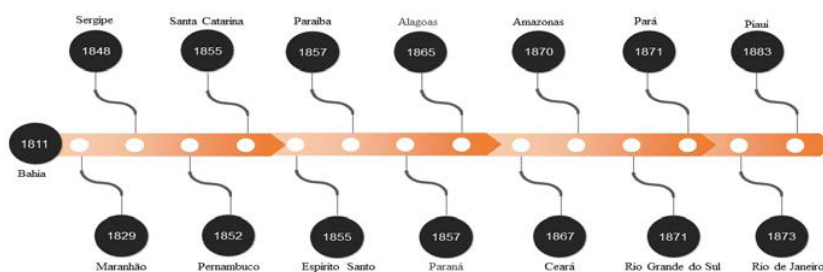
no mundo e lembrando a contribuição do Príncipe Regente e do Conde dos Arcos para a criação de “huma Bibliotheca para a geral instrucção” Soares (2011, p.19). Contudo, a criação de um espaço público, reivindicado por uma parcela da população baiana, voltado para preservação da produção intelectual e criativa da pessoa humana, sendo de acesso público, pareceu não agradar, de forma unanime, à elite baiana da época e, algumas autoridades, não compareceram à sessão solene de inauguração da biblioteca.

[...] á inauguração de um estabelecimento de tão grande utilidade, para o desenvolvimento da instrucção publica, derramou-se uma nuvem de desagrado, quando vazios ficaram os logares destinados aos Desembargadores que propositalmente deixaram de comparecer a este acto de tanta magnitude (SOARES, 2011, p.19).

A BPB foi aberta ao público em 4 de agosto de 1811 no antigo Colégio dos Jesuítas e seu acervo inicial foi formado por volumes doados por Castelobranco; por seu primo, Alexandre Gomes Ferrão; pelo padre Francisco Agostinho Gomes e das duplicatas da Real Biblioteca (MORAES, 1979, p. 146-147; SCHWARCZ, 2002, p. 281).

A partir da criação da primeira biblioteca pública brasileira, tais equipamentos socioculturais foram criados em outros estados brasileiros tendo mesmo caráter (Figura 1) e todas elas surgem por iniciativa governamental.

Figura 1 - Período de criação das primeiras bibliotecas públicas no Brasil



Fonte: Baseado em SUAIDEN (1980) e pesquisa dos autores.

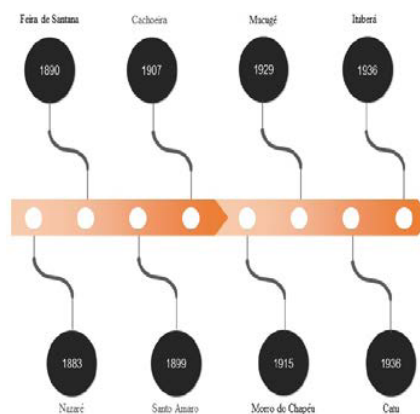
A BP começa a fazer parte da vida cultural e educacional em 15 estados. Observa-se ainda que entre os anos de 1811 e 1883 foram criadas 15 bibliotecas públicas, sendo que 9 dessas bibliotecas estão localizadas no Nordeste do país. Frente a esses dados, sabe-se que será muito importante compreender o porquê desta maior frequência de fundação de Bibliotecas Públicas nesta região brasileira, sobretudo, em um tempo em

que grande parte da população brasileira era analfabeta. Entretanto, essa questão aqui levantada sinaliza abordagens de caráter bastante complexo, devendo se debruçar sobre pontos que envolvem dados socioeconômicos, culturais, administrativos, cenário que não está sendo explorado neste trabalho.

3 MUNICÍPIOS BAIANOS PIONEIROS NA CRIAÇÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS – DADOS DA PESQUISA

No caso da Bahia, tem-se alguns municípios que fundaram suas BP ainda no século XIX, conforme dados levantados no Anuário Estatístico do Brasil e publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1912). Após consulta feita *in loco* no Arquivo da FPC, observou-se que os municípios de Nazaré, Feira de Santana, Santo Amaro, Cachoeira, Morro do Chapéu, Mucugê, Catú e Ituberá (Figura 2) já possuíam Biblioteca Pública fundadas entre os anos de 1890 e 1936, portanto antes da existência do Instituto Nacional do Livro (INL), órgão criado pelo Decreto-Lei nº 93, de 21 de setembro de 1937, por iniciativa do ministro Gustavo Capanema, na gestão do presidente Getúlio Vargas. O objetivo do INL era elaborar uma enciclopédia e um dicionário da língua brasileira que retratasse a identidade e a memória nacional e apoiar a implantação de bibliotecas públicas em todo o Brasil.

Figura 2 – Linha do tempo dos primeiros municípios baianos a criarem BP



Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE, 1912) e Arquivo da FPC

Esses oito municípios foram os pioneiros na instalação de Bibliotecas Públicas no interior da Bahia. A pesquisa identificou que a iniciativa para a criação das bibliotecas das cidades de Feira de Santana e Morro do Chapéu foi muito semelhante ao modelo de criação da

Biblioteca Pública da Bahia. As outras cidades que estão na Figura 2, (Nazaré, Santo Amaro, Cachoeira, Mucugê, Catú e Ituberá) o estudo em curso está levantando informações sobre as suas fundações e não há dados conclusivos a serem apresente neste momento.

Assim, de acordo com Oliveira (2014, p.95) a Biblioteca Municipal de Feira de Santana foi instalada no dia 16 de janeiro de 1890 pelo Senhor Joaquim Sampaio, Intendente Municipal, na ocasião, inspirado pelo Dr. Joaquim Remédios (presidente do Conselho Municipal). Foi o próprio intendente Sampaio que mandou comprar, às próprias custas, os livros na França e em Portugal. Símbolo de modernidade e civilidade a biblioteca foi inaugurada em ponto estratégico, no centro da cidade, num casarão situado à Praça João Pedreira, atualmente Avenida Getúlio Vargas, que no início do Século XX – juntamente com o prédio da prefeitura e da Escola Normal – formava um conjunto arquitetônico que orgulhava os moradores.

No ano de 1939, na edição de nº 1574, o Jornal Folha do Norte informa a quantidade de leitores no mês de agosto daquele ano. Foram 1.450 leitores que consultaram Jornais, anuários, revistas, obras de Literatura Nacional, de Literatura Estrangeira, História Universal, História do Brasil, Geografia e Religião. A quantidade de leitores e os temas da pesquisa nos levam a concluir que o público majoritário de frequentadores da biblioteca era formado por alunos, em especial, da Escola Normal e do Ginásio.

Décadas depois a Biblioteca foi deslocada para um espaço mais amplo na Rua Geminiano Costa, também no centro da cidade. Através da Resolução da Câmara Municipal de Feira de Santana, publicada em 4 de dezembro de 1961, foi denominada a Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva, situada à rua Geminiano Costa. O documento foi assinado, na época, pelo então presidente em exercício da Casa da Cidadania, Alberto Oliveira. O equipamento foi inaugurado em 26 de abril de 1966 pelo então prefeito Joselito Falcão Amorim.

No município de Morro do Chapéu, território da Chapada Diamantina, o professor Antônio Gabriel de Oliveira fundou, em outubro de 1902, o Grêmio Literário da Vila de Morro do Chapéu, sendo o seu primeiro presidente. Neste Grêmio, além da biblioteca, funcionava uma filarmônica e uma sala de jogos. O Coronel Francisco Dias Coelho, então Intendente Municipal, foi o grande interessado para que transformasse a biblioteca do Grêmio Literário em Biblioteca Pública Municipal, o que ocorreu em 11 de julho de 1915. Na época a denominação era apenas Biblioteca Pública e no ano de 1942, na administração dos Senhores Teotônio José de Souza e Joel Modesto, é que passou a se chamar Biblioteca Pública Municipal Carneiro Ribeiro.

A pesquisa se apresenta com significativo valor para a construção do processo histórico da criação das bibliotecas públicas instaladas no território baiano. Quanto ao objetivo delineado: identificar quais as primeiras bibliotecas criadas na Bahia (Tabela 1) apontando o ano de criação de tais equipamentos culturais, tem-se o seguinte:

Tabela 1 – Ano de criação das primeiras BP criadas por municípios baianos

ANO DE CRIAÇÃO DA BP	MUNICÍPIO
1883	Nazaré
1890	Feira de Santana
1899	Santo Amaro
1907	Cachoeira
1915	Morro do Chapéu
1929	Mucugê
1936	Catú
1936	Ituberá

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (IBGE, 1912) e Arquivo da FPC

Até o presente momento, o estudo localizou BP baianas criadas no século XIX e início do século XX, revelando pelo menos oito municípios do estado da Bahia que contavam com esses equipamentos culturais e educacionais em pleno funcionamento. Muitos dos achados desta pesquisa apontam para as motivações de governantes ou intelectuais na criação das Bibliotecas Públicas em suas cidades. Não se pode deixar de levar em consideração o cenário (tempo e lugar) em que este fenômeno ocorreu.

Destaca-se ainda, que o estudo revelou o surgimento de bibliotecas numa época em que a maioria da população estava muito distante do acesso à cultura da escrita e leitura. Assim, a investigação em curso, sinaliza caminhos instigantes e mais detalhados a serem trilhados, e por meio das análises dos documentos encontrados, teremos por fim, a estruturação de uma história das Bibliotecas Públicas da Bahia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos que buscam explorar a temática Biblioteca Pública são de extrema relevância para o fortalecimento da Biblioteconomia do país, lembrando que a BP possui o papel fundamental de democratizar o acesso ao mundo da leitura, integrando a sociedade e contribuindo para promover a inclusão social, atuando como arqueiras da cultura, valorizando a diversidade de anseios da população.

Embora, a primeira Biblioteca Pública brasileira tenha surgido ainda no período do Império, no século XIX, sabe-se que a história das BP espalhadas pelo país está carregada de boas iniciativas e, ao mesmo tempo, de muitas frustrações – como a frequente inativação de bibliotecas desativadas ao término do mandato de um prefeito municipal. Neste estudo, foi possível perceber a necessidade de se desvendar os processos históricos de criação dessas BP no território nacional, em especial no estado da Bahia.

A pesquisa aqui apresentada, trouxe um cenário histórico a respeito da criação das primeiras BP instaladas na Bahia, resgatando um panorama que atravessa dois séculos

de história. O estudo dá relevo ao ano de criação das bibliotecas municipais e explora as iniciativas individuais e as possíveis contribuições do poder público, no que diz respeito ao seu funcionamento. Infere-se que alguns movimentos marcantes do início do Século XX colaboraram para a mudança de mentalidade e, conseqüentemente da visão de cultura nacional, sendo as Bibliotecas Públicas representantes deste um lugar privilegiado de acesso à cultura e educação.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de; FERREIRA, Frederico Antônio. A Pesquisa e a escrita da história das bibliotecas: uma proposta de abordagem metodológica a partir do caso da Bibliotheca Publica da Bahia (1811-1818). *In*: LESSA, Bruna; LINS, Ivana (Org.). **Para que serve a biblioteca pública?**: novas configurações para o século XXI. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 209-231.

BRASIL. **Decreto Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937**. Cria o Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, RJ, Presidência da República, [1937]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del093.htm. Acesso em: 17 jun. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LINS, Ivana Aparecida Borges. **Biblioteca pública, convergências e divergências**: Chile, Colômbia e Brasil. 2016. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

MILANESI, Luiz. **Biblioteca**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002.

MILANESI, Luiz. **O que é biblioteca?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979. (Biblioteca Universitária de literatura brasileira, Série A, v. 6).

NOVO, Hildenise Ferreira; RODRIGUES, Marina Brito. Competências em Informação no Contexto da Biblioteca Pública. *In*: LESSA, Bruna; LINS, Ivana (Org.). **Para que serve a biblioteca pública?**: novas configurações para o século XXI. Salvador: EDUFBA, 2021. P. 191-207.

OLIVEIRA, Sandra Nívia Soares de. **Um modelar estabelecimento de ensino**: o Colégio Santanópolis na cidade de Feira de Santana. (1934-1959). Tese de Doutorado em Educação. FAGED/UFBA. Orientação Profª Drª Sara Martha DICK. 03 de fevereiro de 2014.

SILVEIRA, Denise T.; CÓRDOVA, Fernanda P. A. A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise T. (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, mai/ago. 2000.

SUDAIN, Emir José. **Biblioteca pública brasileira**: desempenho e perspectivas. São Paulo: Lisa, 1980.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis**: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SOARES, Francisco Sérgio Mota et al. **A Biblioteca pública da Bahia**: dois séculos de história. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2011.

Recebido/ Received: 01/07/2022
Aceito/ Accepted: 16/08/2022
Publicado/ Published: 30/08/2022